



Cartografia histórica da delimitação e constituição dos territórios municipais na Região Metropolitana de Campinas (SP)

Isabela Magalhães Bordignon

Universidade Estadual de Campinas

isabelabord@hotmail.com

Lindon Fonseca Matias

Universidade Estadual de Campinas

lindon@unicamp.br



CARTOGRAFIA HISTÓRICA DA DELIMITAÇÃO E CONSTITUIÇÃO DOS TERRITÓRIOS MUNICIPAIS NA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS (SP)

I. M. Bordignon e L. F. Matias

RESUMO

O processo de delimitação territorial, em especial de municípios, está diretamente ligado às dinâmicas econômicas, demográficas e político-administrativas que são complexas e se modificam no tempo e espaço. O intenso crescimento econômico e demográfico no período cafeeiro, e à rápida urbanização, decorrida do movimento de desconcentração e interiorização industrial do Estado de São Paulo, juntamente com o aumento populacional, influenciou de maneira direta o processo de emancipação e delimitação dos territórios municipais na Região Metropolitana de Campinas (RMC). Conhecer o território em sua atual estrutura político-administrativa, sobre o qual incidem as ações previstas no planejamento e na gestão, bem como o processo que a engendrou, é uma questão imprescindível, em especial quando se trata de territórios altamente dinâmicos. Nesse aspecto, a presente pesquisa tem por objetivo a compreensão do processo de delimitação e constituição dos atuais vinte (20) territórios municipais que constituem a RMC, para isso foi realizado estudo baseado em Cartografia Histórica.

1 INTRODUÇÃO

O atual regime de acumulação capitalista promove e impõe um aumento na intensidade e velocidade de fluxos econômicos para a ampliação da acumulação, que se difundem para as outras esferas da sociedade. A compressão do espaço-tempo possibilita, então, a flexibilidade da produção e da intensidade das relações econômicas, trazendo características de efemeridade, fragmentação e liquidez ao espaço (Harvey, 1989). Tais características não se restringem apenas ao espaço geográfico.

No campo do planejamento e gestão territorial, amplifica-se a necessidade de respostas rápidas, precisas e eficientes para os problemas e questões que se colocam no território. Dessa forma, um dos quesitos primordiais para as tomadas de decisões é o conhecimento do território sobre o qual incidem as ações previstas. Tal conhecimento não deve incorporar somente a estrutura administrativa atual, mas também o processo histórico que a concebeu (IGC, 1995a). Independentemente da escala de compartimentação, a criação de unidades políticas pode ser compreendida como um fenômeno inerente à história político-social.

Moraes (2002) interpreta a constituição do território enquanto um processo cumulativo em contínuo movimento. Ainda nas palavras do autor, para se reproduzir, a sociedade cria

formas mais ou menos duráveis na superfície terrestre, formas, estas, que obedecem a um dado ordenamento sociopolítico do grupo que a constrói, respondendo a uma sociabilidade vigente a qual regula o uso do espaço geográfico e dos recursos contidos nele. Ou seja, o espaço produzido só pode ser compreendido a partir do entendimento do processo que o engendrou. Os diferentes usos da terra, os estabelecimentos humanos, as formas de ocupação e as hierarquias entre os lugares, e mais do que isso, a constituição territorial em si, são resultantes dos atos e regulações políticos efetuados em um determinado momento, determinado pelos processos econômicos, e o território só pode ser desvendado por meio do estudo de sua gênese e desenvolvimento; tendo em mente que os atores sociais envolvidos não se restringem à atuação do Estado (Becker, 1983; Moraes, 2002; Becker, 2009).

Na escala nacional, pensar o processo de formação territorial diz respeito à consideração do Brasil enquanto um país periférico, cujo sistema de produção, estrutura político-administrativa, ou mesmo mentalidade vigente entre os agentes operadores do processo de independência se fazem a partir das heranças coloniais existentes (Moraes, 2002).

A atual configuração territorial e administrativa do Estado de São Paulo é decorrente de sucessivos desmembramentos de municípios a partir daqueles designados originários, que segundo o Instituto Geográfico e Cartográfico do Estado de São Paulo (IGC, 1995a) são sete: São Vicente (1532), São Paulo (1560), Cananéia (1600), Mogi das Cruzes (1611), Ubatuba (1637), Taubaté (1645) e Iguape (século XVII), sendo o ponto de partida para a ocupação e o fracionamento do território paulista, gerando novas unidades municipais. O Estado de São Paulo encontra-se atualmente dividido em 645 municípios (IBGE, 2010).

Nesta pesquisa objetivou-se compreender o processo de delimitação e constituição dos atuais vinte (20) territórios municipais que constituem a Região Metropolitana de Campinas (RMC) baseado em Cartografia Histórica.

2 A REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS

A desconcentração da indústria a partir da década de 1970, juntamente com a interiorização da mesma a partir da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), foi importante para a multiplicação de polos urbanos industrializados, repartindo seu dinamismo econômico e populacional com outras regiões, com destaque para a região de Campinas. Mais tarde, as regiões que mais concentraram atividades e população foram transformadas em áreas metropolitanas (Campinas e Santos). Como afirma Baeninger (2000), esse dinamismo gerado a partir do município-polo, neste caso Campinas, extravasa os limites administrativos, atingindo os municípios vizinhos, tanto no âmbito de áreas de expansão industrial, bem como insumos industriais e áreas habitacionais.

Com uma área de 3.791,82 km² e uma população estimada de 3.193.332 habitantes (Agemcamp, 2020), a Região Metropolitana de Campinas (RMC) foi institucionalizada pela Lei Estadual Complementar nº. 870/2000 (São Paulo, 2000), constituída primordialmente pelos municípios: Americana, Arthur Nogueira, Campinas, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Itatiba, Jaguariúna, Monte Mor, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Santa Bárbara D'Oeste, Santo Antônio de Posse, Sumaré, Valinhos e Vinhedo. No ano de 2014 foi acrescido o município de Morungaba à região por meio da Lei Complementar nº 1.234/2014 (São Paulo, 2014), totalizando 20 municípios ao território da RMC, como ilustra a Figura 1.

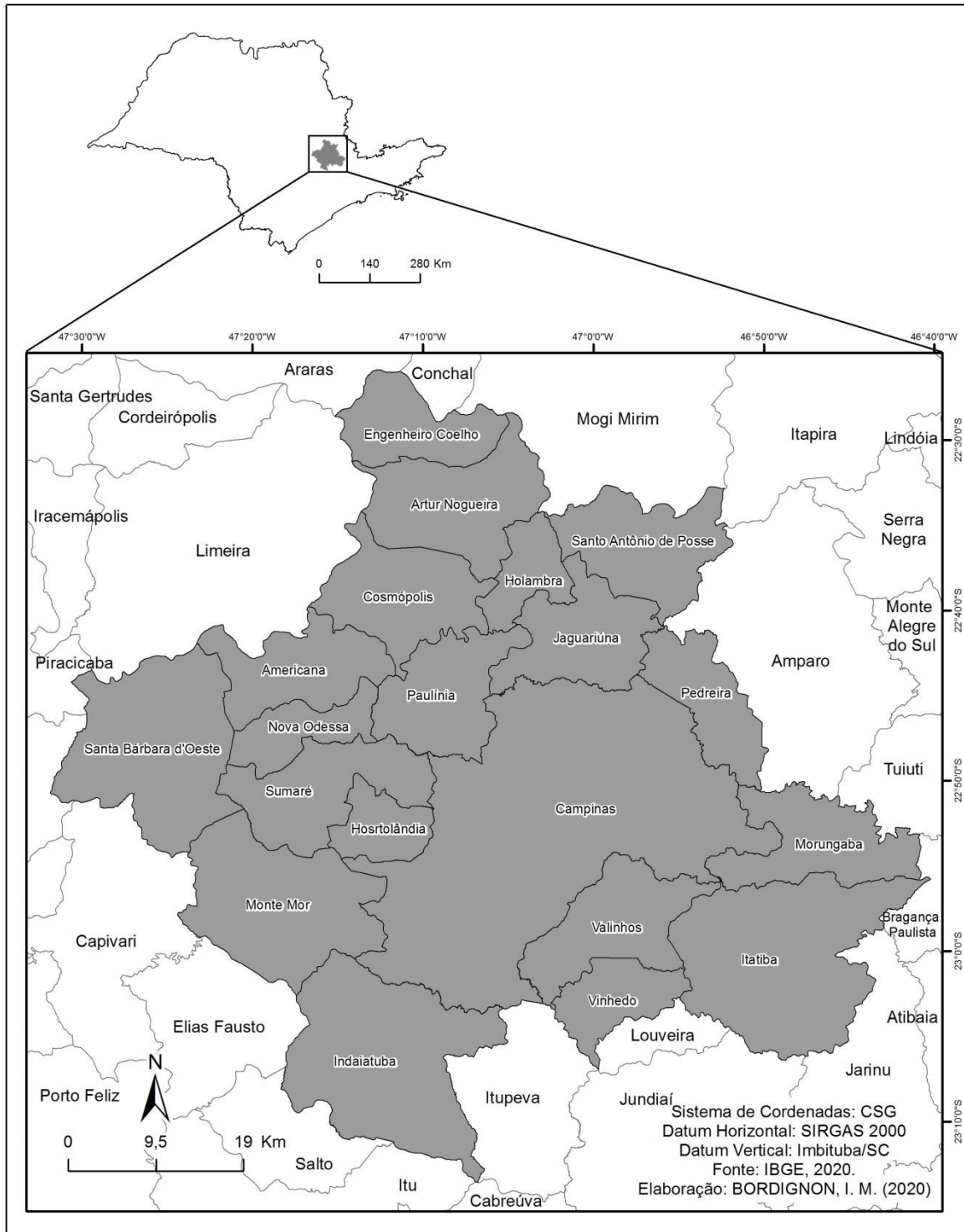


Fig. 1 Localização e divisão municipal da RMC no Estado de São Paulo

A RMC apresenta uma grande infraestrutura viária, de excelente qualidade, lhe assegurando articulação com as principais cidades e mercados brasileiros. Possui um parque industrial diversificado e composto por segmentos de natureza complementar. As estruturas agrícola e agroindustrial são bastante significativas, desempenhando atividades terciárias com alta especialização. Somado a isso, há centros de pesquisas científica

(CNPq) e inovações tecnológicas (CTI, CPqD, CIATEC), com a importante presença de centros universitários (Unicamp, PUCC, Facamp).

A RMC possui um diferencial, visto que além do município-sede, os demais municípios foram também capazes de estabelecer uma base econômica expressiva e dinâmica, tanto industrial quanto agrícola, diferentemente das demais regiões metropolitanas brasileiras que se caracterizam por um município rico cercado por municípios dormitórios, ou seja, a geração de renda na região se dá de maneira dispersa pelos demais municípios (Baeninger, 2000; Caiado *et al.*, 2006). Baeninger (2000) ainda destaca um segundo diferencial da RMC, quanto à sua estrutura urbana, em que a tendência de concentração populacional no município-sede é bem menos marcada, havendo a estruturação de uma rede urbana mais equilibrada, com centros secundários de atividade econômica e expressivo contingente populacional.

O rápido crescimento econômico e demográfico, iniciado de forma significativa após a década de 1970, aumentou a demanda por recursos ambientais, como por água. Somado a isso, a organização espacial advinda dessa rápida expansão urbana, resultou, como afirma Nascimento (2016), em um tecido urbano regional disperso e fragmentado, marcado pela segregação sócio-espacial. Reforça-se, assim, a necessidade de planejamento regional capaz de contemporizar o uso e ocupação da terra, de direcionar os vetores de expansão econômica e influenciar o processo de distribuição espacial da população e das atividades econômicas (Carmo *et al.*, 2006). A RMC constitui, hoje, a única região metropolitana cuja sede não é uma capital de estado (REGIC, 2020), o que reforça sua singularidade no território brasileiro.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para cumprimento do objetivo da presente pesquisa, fez-se necessário o levantamento e revisão da bibliografia acerca do processo de emancipação e constituição dos municípios no Brasil e no Estado de São Paulo, imprescindível para o embasamento teórico. Em especial, consultou-se a documentação e legislação que fundamenta as divisões político-administrativas dos municípios constituintes da RMC, contidos nos documentos disponibilizados pelo IGC (1995a; 1995b).

Tendo em mãos a legislação e a data de criação, juntamente com os territórios municipais dos quais foram originados os vinte municípios metropolitanos, foi elaborado um fluxograma para ilustrar a dinâmica dos limites político-administrativos, com o ano de criação do distrito e ano de criação do município, no período de 1500 até a atualidade (Figura 2). A partir do fluxograma, foi possível representar de maneira cartográfica essa informação, resultando na elaboração de mapas da evolução dos limites históricos.

Para a elaboração dos mapas, foi utilizada a malha municipal em formato digital (arquivos em formato vetorial, extensão *shapefile* .shp), disponibilizada pelo IBGE (2019), para todo o território brasileiro, em escala 1:250.000, referenciados de acordo com o Sistema Cartográfico Nacional (atualmente SIRGAS 2000), em projeção geográfica. Tais procedimentos foram realizados por meio do uso de técnicas de Sistemas de Informação Geográfica, utilizando o *software* ArcGIS, versão 10.8 (Zeiler, 1999; Macdonald, 2001).

Por fim, com base nos mapas elaborados, organizou-se um cartograma para a ilustração da dinâmica de constituição dos territórios municipais da região de estudo, no período de

estudo (1500-2020), a ser analisado no presente artigo. Foram apontadas, também, algumas implicações da evolução dos limites históricos para o planejamento e gestão territorial.

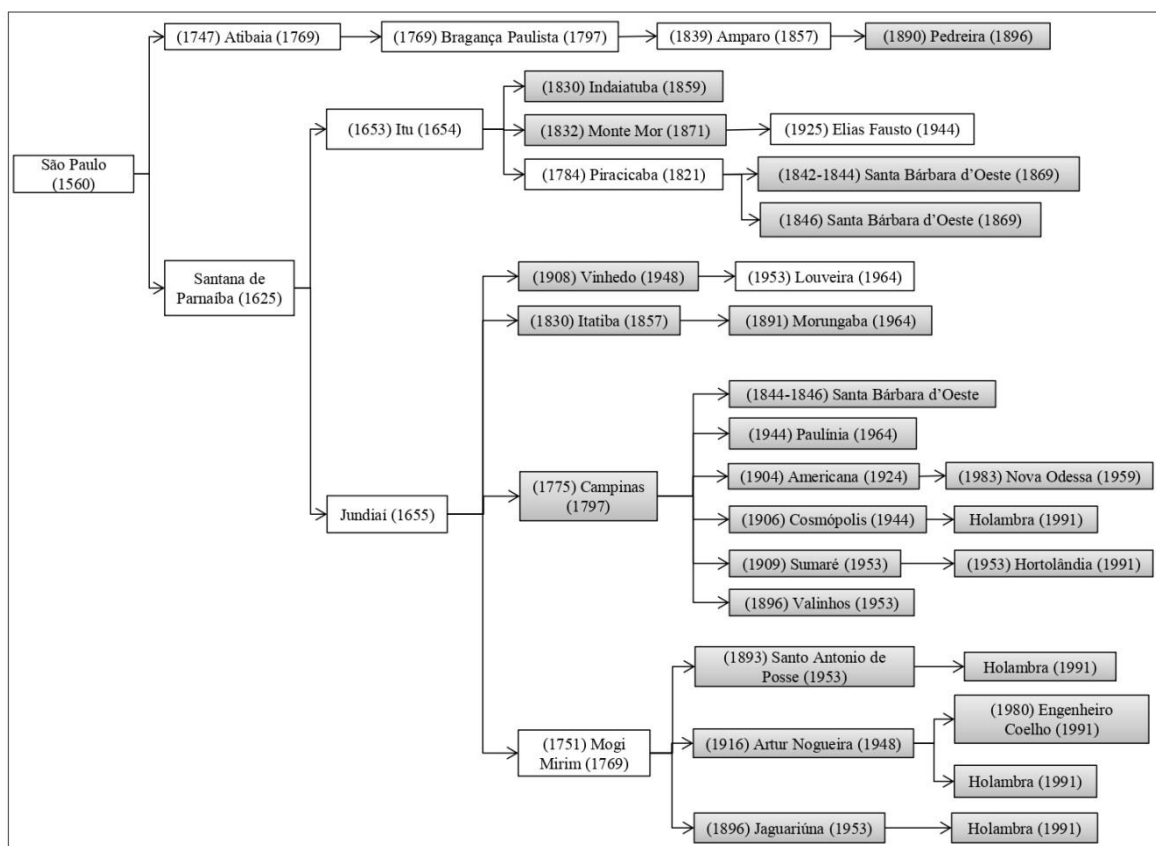


Fig 2. Processo de delimitação e constituição dos municípios da RMC (1500-2020)

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O processo de invasão e ocupação do Brasil pelos portugueses no período colonial se deu de forma efetiva a partir do ano de 1532, com a criação de capitanias hereditárias, compartimentando o litoral em faixas de terras concedidas à administração privada. Aos donatários das capitanias, havia a possibilidade de compartimentação do território com a criação de vilas, as quais lhes garantiriam pagamento de tributos. Dessa forma, como pontua Favero (2004), as cidades brasileiras foram criadas a partir de necessidades, sendo os municípios ponto de apoio para o processo de colonização.

Em um primeiro momento, as cidades eram criadas com o objetivo de afirmação de posse e defesa da costa e as cidades do litoral brasileiro em geral. Depois, a criação das cidades passa a acompanhar o movimento de interiorização do território pelos bandeirantes. Cidades de penetração rumo às fronteiras oeste e sul também foram criadas com o objetivo de contenção do avanço espanhol sobre o território português. Cidades do café, na região fluminense, ao longo do Vale do Parnaíba, São Paulo e Paraná, seguindo a economia cafeeira; cidades da borracha na Região Amazônica no final do século XIX e início do XX; e as cidades da indústria, no século XX em regiões que permitiam fácil acesso às matérias primas, como Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. Estes são alguns exemplos de

como o processo de criação de vilas e cidades acompanharam a história da formação territorial do Brasil (Favero, 2004).

Com exceção à Constituição de 1937, nas demais constituições (Constituição Imperial de 1824, e as Constituições Republicanas de 1891, 1934, 1946, 1967, a Emenda Constitucional de 1969) os municípios foram definidos como organizações políticas autônomas. Entretanto, somente a Constituição Federal de 1988, determinou uma autonomia plena aos municípios em relação aos governos estadual e federal, elevando-os, de fato, ao status de ente federativo. Com isso, ampliou-se a competência municipal, com maiores responsabilidades na resolução de problemas básicos que afligem o território (Favero, 2004).

A Constituição Federal de 1988 foi um importante marco para o processo de emancipação dos municípios brasileiros, ao passo que além de conferir maior autonomia, estabeleceram-se novos requisitos menos rigorosos, transferindo para os estados a responsabilidade de coordenar tal processo emancipatório. Neste período, o número de municípios brasileiros passou de 3.974 municípios em 1980 para 5.507 em 2000, totalizando 5.570 no ano de 2013, sendo o número atual de municípios (IBGE, 2013).

Cigolini (2009) fez um importante levantamento sobre a produção científica envolvendo a temática, conferindo em alguns apontamentos sobre as motivações das emancipações. Dentre elas, existem causas de características territoriais locais, de estratégias políticas, de fatores de gestão administrativa, de expansão de sistemas de circulação e do aumento populacional, a manipulação do território por sujeitos hegemônicos e fatores normativos institucionais. Ou seja, como aponta Siqueira (2008), a criação de municípios brasileiros, em especial os localizados no Estado de São Paulo, não são produtos *per si* do desenvolvimento econômico, mas se dão e podem ser compreendidos na relação de outras dimensões: econômica, demográfica e político-institucional, sendo uma relação complexa, em que cada uma dessas dimensões se altera de intensidade em diferentes contextos históricos e nas distintas escalas.

No contexto estadual, São Paulo teve seu processo de subdivisão territorial a partir da capitania de São Paulo, compreendendo os atuais territórios dos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, até a antiga colônia de Sacramento (Favero, 2004). Como apresentado pelo IGC (1995b), a atual configuração territorial paulista é resultado do desmembramento dos sete municípios originários (São Vicente, São Paulo, Cananéia, Mogi das Cruzes, Ubatuba, Taubaté e Iguape).

Na região de estudo, a divisão territorial atual baseia-se nos processos emancipatórios advindos do município originário de São Paulo. Até meados do século XIX, a região de Campinas tinha sofrido poucos processos de divisão territorial. Campinas, município-sede da região metropolitana, foi o primeiro a ser elevado à estância de município, no ano de 1797 (ainda denominado de Vila de São Carlos), delimitado a partir do território pertencente ao município de Jundiá (Tabela 1).

Tabela 1 Municípios de origem, legislação de criação e dados básicos dos municípios constituintes da RMC

Município	Município de origem¹	Legislação de criação do município¹	Extensão (km²)²	População²
Americana	Campinas	Lei nº 1.983 de 12/11/1924	133,91	233.458
Artur Nogueira	Mogi Mirim	Lei nº 233 de 24/12/1948	178,03	52.609
		Portaria de 04/11/1797 e Ordem Régia de 16/11/1797	794,57	1.175.501
Campinas	Jundiá	Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944	154,67	71.282
Cosmópolis	Campinas Mogi Mirim Limeira			
Engenheiro Coelho	Artur Nogueira	Lei nº 7.664 de 30/12/1991	109,94	20.535
	Jaguariúna Cosmópolis Artur Nogueira	Lei nº 7.664 de 30/12/1991	65,58	14.493
Holambra	Santo Antônio de Posse			
Hortolândia	Sumaré	Lei nº 7.664 de 30/12/1991	62,42	230.268
		Lei nº 12 ou 651 de 24/03/1859	311,55	242.868
Indaiatuba	Itu			
Itatiba	Jundiá	Lei nº 18 de 16/03/1876	322,28	117.916
Jaguariúna	Mogi Mirim	Lei nº 2.456 de 30/12/1953	141,39	54.848
Monte Mor	Itu	Lei nº 24/03/1871	240,57	59.614
Morungaba	Itatiba	Lei nº 8.092 de 28/02/1964	146,75	13.247
Nova Odessa	Americana	Lei nº 5.285 de 18/02/1959	73,79	58.039
Paulínia	Campinas	Lei nº 8.092 de 28/02/1964	138,78	105.037
Pedreira	Amparo	Lei nº 450 de 31/10/1896	108,82	46.548
	Piracicaba	Lei nº 2 de 08/06/1869	271,03	188.745
Santa Bárbara d'Oeste	Campinas			
Santo Antônio de Posse	Mogi Mirim	Lei nº 2.456 de 30/12/1953	154,13	22.849
Sumaré	Campinas	Lei nº 2.456 de 30/12/1953	153,47	283.212
Valinhos	Campinas	Lei nº 2.456 de 30/12/1953	148,54	124.742
Vinhedo	Jundiá	Lei nº 233 de 24/12/1948	81,60	77.521
RMC	-	-	3.791,82	3.193.332

Fonte: ¹IGC (1995b); ²Agemcamp (2020).

Os demais municípios constituintes da atual RMC foram estabelecidos a partir de 1850, como observado na Figura 3. No período dentre os anos 1850 a 1899, cinco municípios foram originados (Indaiatuba, Itatiba, Monte Mor, Santa Bárbara d'Oeste e Pedreira). No período seguinte, de 1900 e 1949, quatro municípios tiveram seu território delimitado (Americana, Artur Nogueira, Cosmópolis e Vinhedo). No período de 1950 a 1991 (data das últimas delimitações) houve o surgimento de 10 novos territórios municipais (Engenheiro Coelho, Holambra, Hortolândia, Jaguariúna, Morungaba, Nova Odessa, Paulínia, Santo Antonio de Posse, Sumaré e Valinhos).

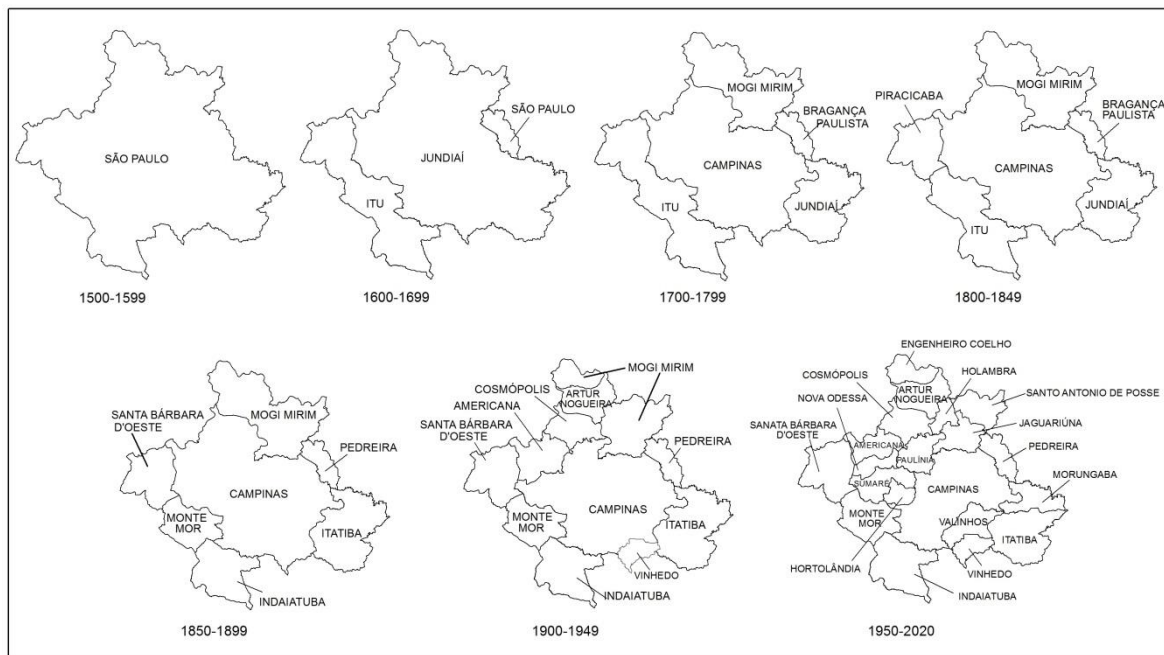


Fig. 3 Evolução dos limites político-administrativos dos municípios da RMC (1500-2020)

A formação territorial dos municípios constituintes da região metropolitana é decorrente, bem como proposto por Siqueira (2008), das dinâmicas econômicas, demográficas e político-institucional, em especial das dinâmicas mais recentes que afetaram e deram destaque ao território. Observando por outro ângulo, até a década de 1930, apenas 7 municípios possuíam seu território delimitado (Campinas, Americana, Indaiatuba, Itatiba, Monte Mor, Pedreira e Santa Bárbara D'Oeste).

Na segunda metade do século XIX, e início do século XX (até o segundo ciclo do café 1918-1930), a região de Campinas acompanhou a dinâmica nacional, tanto no processo de industrialização quanto na agricultura. O município-sede se constituiu em função do desenvolvimento da economia cafeeira no município; o que, em um segundo momento, a partir de seu capital gerado, foi um importante constituinte na matriz do capital industrial (Semeghini, 1991). Nesse período, com a expansão da economia cafeeira em todo o estado, há uma redistribuição espacial da população, relacionada à distribuição da população escrava e da população imigrante no território paulista, aumentando demograficamente a região campineira.

A partir da década de 1930, a indústria cresce progressivamente, concomitantemente à erradicação dos cafezais acompanhada do aumento da produção de algodão, e com maior diversificação na agricultura, a partir da década de 1940 com a cana. Também a partir da década de 1940, intensifica-se a urbanização, em conjunto com um intenso fluxo migratório, redistribuindo a população (Semeghini, 1991). Esse aumento populacional advindo do processo de urbanização favorece diretamente a emancipação municipal, culminando na criação de municípios como Artur Nogueira e Vinhedo (1948), Cosmópolis (1944), Jaguariúna, Santo Antonio de Posse, Sumaré e Valinhos (1953). Essa redistribuição populacional volta a ocorrer entre as décadas de 1970 e 1980, advinda da desconcentração na RMSP em direção ao interior paulista, com destaque para o atual território da RMC.

Tendo em mente o processo de formação dos municípios metropolitanos, influenciados diretamente pela rápida expansão urbana, tem-se como resultado um tecido urbano regional disperso e fragmentado (Siqueira, 2008; Nascimento, 2016). Tal fragmentação é inerente ao processo de complexificação populacional, socioeconômico e político. Ou seja, é a partir dessa fragmentação, decorrida dos fatores de complexificação que se especializam de maneira heterogênea sobre o território, que se tem a metropolização do espaço campineiro e, como apontado por Nascimento (2016), segregado sócio-espacialmente.

Nesse aspecto, os problemas e questões urbanas que são comuns em nível regional são tratados, na maioria das vezes, ao nível local do município. O desafio se põe, então, na instância da gestão metropolitana, capaz de lidar com as questões que não se restringem ao limite político-administrativo e extrapolam para o território metropolitano como um todo.

5 CONSIDERAÇÕES

Conhecer o processo de formação e delimitação municipal na RMC, a partir de uma cartografia histórica, auxilia o entendimento do fenômeno territorial indicando aspectos como a expressão espacial da evolução das forças produtivas e a organização do poder político local.

Apesar de seu processo de fragmentação em municípios ser um processo existente desde o período colonial, a atual estruturação da RMC está ligada à história mais recente, ou seja, apresenta uma consolidação recente das divisas territoriais municipais, não sendo raras implicações de ordem político-administrativa, a exemplo das áreas conurbadas ou de litígio, que problematizam ainda mais as ações de planejamento e gestão do espaço geográfico na região.

Ademais, considera-se que o processo de formação territorial da RMC tem, inerente a si, a fragmentação e dispersão do tecido urbano regional, que deve ser traduzido em tomadas de decisões supramunicipais, em nível regional, visto que as questões que se colocam também são regionais.

AGRADECIMENTOS

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) por concessão de bolsa de iniciação científica para desenvolvimento da pesquisa – Processo 2019/21331-1.

6 REFERÊNCIAS

Agemcamp. (2020) **Perfil municipal**, Disponível em: <http://www.agemcamp.sp.gov.br/> Acesso em: 22 Agosto 2020.

Baeninger, R. (2000) **Região Metropolitana de Campinas: expansão e consolidação do urbano paulista**, Nepo/Unicamp, Campinas.

Becker, B. (2009) O governo do território em questão: uma perspectiva a partir do Brasil, **Parcerias Estratégicas**, 14(28), 35-50.

Becker, B. (1983) O uso político do território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo, *in* B. Becker; R. Haesbaert; C. Silveira (orgs.), **Abordagens políticas da espacialidade**, UFRJ, Rio de Janeiro.

Caiado, M. C. S. e Pires, M. C. S. (2006) Campinas Metropolitana: transformações na estrutura urbana atual e desafios futuros, *in* J. M. P. Cunha (org.), **Novas Metrôpoles Paulistas: População, vulnerabilidade e segregação**, NEPO/Unicamp, Campinas.

Carmo, R. L.; Hogan, D. J. (2006) **Questões ambientais e riscos na Região Metropolitana de Campinas**, NEPO/UNICAMP, Campinas.

Cigolini, A. A. (2009) **Território e criação de municípios no Brasil: uma abordagem histórico-geográfica sobre a compartimentação do espaço**, Tese de Doutorado em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Favero, E. (2004). **Desmembramento territorial: o processo de criação de municípios – avaliação a partir de indicadores econômicos e sociais**, Tese de Doutorado em Engenharia Urbana, Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, São Paulo.

Harvey, D. (1989) **The condition of postmodernity: An Enquiry to Origins of Cultural Change**, Oxford, Blackwel.

IBGE. (2013) **Atlas Nacional Digital do Brasil**, IBGE, Brasília.

IBGE. (2010) **Censo 2010**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/> Acesso em 21 Agosto 2020.

IBGE. (2019) Malha Municipal da Divisão Político-Administrativa Brasileira, Escala 1:250.000, IBGE, Brasília.

IGC (1995a) **Quadro do desmembramento territorial-administrativo dos municípios paulistas**, Instituto Geográfico e Cartográfico do Estado de São Paulo, São Paulo.

IGC. (1995b) **Municípios e Distritos do Estado de São Paulo**, Instituto Geográfico e Cartográfico do Estado de São Paulo, São Paulo.

Macdonald, A (2001) **Building a geodatabase**, Esri Redlands, California.

Moraes, A. C. R. (2002) **Território e história no Brasil**, Annablume, São Paulo.

Nascimento, E. (2016) Região Metropolitana de Campinas (SP): cinco décadas de expansão urbana, **Boletim Campineiro de Geografia**, 6(1), 67-91.

REGIC. (2020) **Regiões de influência das cidades**, IBGE, Rio de Janeiro.

São Paulo (2000) **Lei Complementar nº 870, de 19 de junho de 2000**, Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, São Paulo.

São Paulo (2014) **Lei Complementar nº 1.234, de 13 de março de 2014**, Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, São Paulo.

Semeghini, U. (1991) **Do café à indústria** – Uma cidade e seu tempo, Editora da Unicamp, Campinas.

Siqueira, C. G. (2008) **Campinas seus distritos e seus desmembramentos:** Diferenciações político-territoriais e reorganização da população no espaço (1850-2000), Tese de Doutorado em Demografia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

Zeiler, M. (1999) **Modeling our World: The ESRI Guide to Geodatabase Design**, Esri Redlands, California.